

# Ligue 180 recebe quase 18 mil denúncias nos dois primeiros meses do ano

Canal de denúncias oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) recebeu 17.836 denúncias até o último dia 26, um aumento de cerca de 36,85% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os números - referentes a janeiro e fevereiro - são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violências física, moral, obstétrica e sexual.

[\(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“O Ligue 180 representa o compromisso do Governo Federal com as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. No que tange às ações específicas, o ministério também está empenhado em mudar realidades. Nesta gestão, todas nós temos voz e seremos ouvidas”, afirma a ministra Damares Alves.

Os estados com os maiores números de ocorrências no período são Rio de Janeiro (3.543), São Paulo (3.263), Minas Gerais (2.122), Bahia (1.232) e Rio Grande do Sul (1.033).

“A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do ministério tem como prioridade elaborar e implementar políticas públicas para o enfrentamento da escalada da violência contra as mulheres, com ações eficazes que propiciem a promoção da autonomia feminina e a segurança necessárias à garantia dos seus direitos. O Ligue 180 tem papel imprescindível por se tratar de um importante canal de coleta de dados para a formulação de políticas públicas, e para a articulação da Rede de Proteção às mulheres em situação de violência” afirma a secretária Tia Eron.

## **Anos anteriores**

Em 2018, nos meses de janeiro e fevereiro foram registradas 11.263 denúncias, com um total de 92.323 no ano. No ranking anual, São Paulo (16.802), Rio de Janeiro (15.178), Minas Gerais (9.810), Bahia (6.716) e Distrito Federal (5.836).

Em 2017, o número referente aos dois primeiros meses é de 12.368 denúncias, sendo 73.669 casos durante o ano. No total, São Paulo registrou 13.190 denúncias, sendo 12.215 no Rio de Janeiro, 7.984 em Minas Gerais, 6.469 na Bahia e 4.165 no Rio Grande do Sul.

## **Ligue 180**

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

---

# Maioria das mulheres não denuncia agressor à polícia ou à família, indica pesquisa

*Levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que 52% ficaram caladas*

**[\(Folha de S.Paulo, 26/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A maioria das mulheres vítimas de [agressão](#) não denuncia o agressor a um órgão oficial e também não procura apoio da família ou de amigos.

Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), que ouviu 2.084 pessoas em 130 municípios brasileiros, indica que 52% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano ficaram caladas.

O levantamento “Violência Contra as Mulheres”, divulgado nesta terça (26), foi feito nos dias 4 e 5 de fevereiro. Do total de pessoas ouvidas, 1.092 eram mulheres. É a segunda vez que o levantamento é realizado —a primeira foi em 2017.

O índice de mulheres que não denunciam a agressão, contudo, pode ser ainda maior, diz Samira Bueno, diretora executiva do FBSP, já que o percentual de 52% considera o piso da margem de erro nas projeções, de três pontos percentuais.

As mulheres que buscaram um órgão oficial são 22% das vítimas de agressão. A delegacia da mulher foi a instituição mais buscada.

Na hora de pedir ajuda, contudo, as vítimas ainda preferem falar com a família, amigos e membros da igreja que frequentam sobre a [violência](#) sofrida (30% delas).

Uma pesquisa feita pelo Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, divulgada em 2018, também lançou luz sobre a falta de notificação das agressões.

Apenas 5 das 124 vítimas de feminicídio no estado entre março de 2016 e março de 2017 haviam registrado boletim de ocorrência contra o agressor —ou seja, 4% delas.

Após pedir o divórcio, há dois anos, a assistente administrativa Maria (nome fictício), 44, começou a ser perseguida pelo ex-marido, com quem foi casada por 20 anos. A separação foi motivada por seguidas traições e pelo fato de o homem não ajudar nas despesas da casa.

No ano passado, o ex-marido invadiu a sua residência, tentou agarrá-la e a ameaçou com uma faca. Ela não registrou o caso na delegacia.

“Não queria prejudicá-lo. Ele já tinha problema na Justiça por ter agredido a irmã dele. Aí pensei: se eu denuncio, ele vai preso, tenho um filho com ele. Aquelas histórias bestas que toda

mulher tem”, afirma. “E, no final, a vítima sempre é culpada. A gente tem medo de ser julgada pelos outros.”

Só registrou ocorrência uma vez, no fim de 2018, quando ele a perseguiu do ponto de ônibus até sua casa e, novamente, tentou agarrá-la.

O processo foi um martírio: ela conta que ficou a noite toda na delegacia e que teve de repetir a história três vezes para os policiais. “Não queriam fazer o boletim. Só fizeram porque tinha uma delegada de plantão e também porque viram que eu não ia sair de lá”, conta.

Maria trocou de celular, para fugir das constantes mensagens e ligações do agressor, e agora só vai da casa para o trabalho e vice-versa.

“Jamais pensei que ele fosse capaz disso. Ele nunca me agrediu no casamento. A gente mora com o inimigo e não sabe”, diz. “No fundo, eu não sou uma pessoa livre. Me sinto presa dentro de uma gaiola. Não saio para lugar algum com medo de ele me encontrar, de fazer barraco, de me agredir.”

Ela buscou uma entidade que apoia mulheres vítimas de violência e não descarta pedir uma [medida protetiva](#) contra ele como “último recurso”.

Fortalecer a confiança da mulher no poder público é um dos principais desafios a serem enfrentados no país, diz Samira. Para isso, avalia, é preciso melhorar o atendimento prestado nas unidades policiais.

“Todo policial sabe atirar. Também devem saber atender bem uma vítima de violência, não apenas os de unidades especializadas”, afirma.

Também deve haver um investimento em campanhas de conscientização que incentivem as vítimas a denunciar os agressores, diz Samira: “Se a mulher não denunciar, dificilmente o estado será capaz de protegê-la.”

Cerca de 16 milhões de mulheres com mais de 16 anos foram vítimas de algum tipo de violência no último ano, de acordo com a pesquisa encomendada pelo Fórum. As principais vítimas foram mulheres na faixa de 16 a 34 anos (76% dos casos).

Ofensas verbais, ameaças e perseguição foram os incidentes mais comuns.

Os algozes são conhecidos, na maioria dos casos. De 2017 para 2019, o percentual de mulheres que dizem ter sido agredidas por pessoas conhecidas, como companheiros ou ex-companheiros, vizinhos e familiares, aumentou de 61% para 76%. Os crimes ocorrem com mais frequência na casa da vítima (42%).

Foi o caso da empresária [Elaine Caparroz](#), 55, que ficou com o rosto desfigurada após ser espancada por quatro horas dentro de casa pelo estudante de direito Vinícius Batista Serra, 27, que conheceu na internet. O crime ocorreu durante o primeiro encontro deles. Ele está preso e foi indiciado por tentativa de [feminicídio](#).

A mulher recebeu alta do hospital onde estava internada, no Rio de Janeiro, na última sexta-feira (22). Os médicos acreditam que a recuperação dela deve demorar de três a seis meses.

A pesquisa também analisou casos de assédio sexual, que se mantiveram estáveis em dois

anos. Uma das constatações foi que as mulheres são mais importunadas em transportes públicos do que na balada —8% relataram ter sido vítimas em coletivos, ante 6% em festas.

“Os números mostram que a mulher está vulnerável tanto no âmbito doméstico quanto no público. Em qual espaço podem se sentir seguras?”, diz Samira.

Júlia Zaremba

---

## [Agressões contra mulheres chegam aos ouvidos de parentes, mas poucos denunciam](#)

*No Brasil, são registrados mais de 600 casos de violência doméstica por dia. Toda semana, pelo menos 20 brasileiras são mortas, vítimas de feminicídio.*

**[\(Fantástico, 12/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

No Brasil, são registrados mais de 600 casos de violência doméstica por dia. Toda semana, pelo menos 20 brasileiras são mortas pelo fato de serem mulheres. O nome disso é feminicídio, e as estatísticas só crescem.



Clique na imagem para assistir ao vídeo da matéria

As agressões acontecem muitas vezes entre quatro paredes, mas chegam aos ouvidos de parentes, amigos e vizinhos.



Fantástico convida atrizes para lerem notícias sobre feminicídios (Foto: Reprodução)

As imagens da advogada Tatiane Spitzner sendo agredida pelo marido momentos antes de morrer chocaram o país e levantaram perguntas: Se ela gritou, por que ninguém acudiu? Ninguém sabia que ela estava apanhando? Por que ninguém denunciou? Reportagem do [Fantástico](#) investiga.

---

## **Governo Federal recebeu quase 73 mil denúncias de violência contra mulher no primeiro semestre**

*Dados coletados entre janeiro e junho deste ano correspondem a 47% do registrado em 2017*

**(O Globo, 07/08/2018 - acesse no site de origem)**

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839 denúncias, que incluem relatos de violência sexual, homicídio, cárcere privado e outros, entre janeiro e junho deste ano. Os registros foram feitos por meio do Ligue 180, serviço criado pelo governo federal em 2005 para dar assistência às vítimas.

Os números sobre violência contra a mulher são divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, nesta terça-feira (dia 7 de agosto), dia em que a Lei Maria da Penha completa 12 anos.

Os dados dos primeiros cinco meses do ano correspondem a 47% do total registrado em 2017 (156.839). O governo destaca, porém, que, em alguns casos, houve um aumento do número de denúncias. Foram constatados os crescimentos de 37,3% nos relatos de homicídio e de 16,9%, de violência sexual.

Os estados de onde mais partem denúncias são São Paulo (9.863), Rio de Janeiro (9.317), Minas Gerais (6.499) e Bahia (4.813). Na Região Norte, houve o maior crescimento no número de denúncias: Amazonas, 34,8% a mais; Roraima, 34,6%; e Amapá, 6,1%.

Em 2017, ao lançar campanha pela humanização do parto normal, o governo passou a incluir a violência obstétrica entre os tipos de denúncias recebidas pelo Ligue 180. Nos cinco primeiros meses do ano, primeiro período em que o tópico é destacado em levantamentos do ministério, foram recebidos 40 relatos desses casos.

Comandado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, o Ligue 180 funciona 24 horas todos os dias, incluindo feriados e fins de semana. O ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, diz que o objetivo do governo “é possibilitar que todas as mulheres tenham acesso a serviços públicos de qualidade, com preservação da dignidade e garantia de direitos, de forma a reduzir os índices de violência contra as mulheres”.

### **Veja o detalhamento dos números registrados pelo Ligue 180 entre janeiro e junho de 2018:**

Cárcere privado - 2.611 casos

Homicídio - 899 casos

Tráfico de pessoas - 102 casos

Violência física - 34 mil casos

Violência moral - 3.381 casos

Violência patrimonial - 1.447 casos

Violência obstétrica - 40 casos

Violência psicológica - 24.378 casos

Violência sexual - 5.978 casos

Assédio no esporte - 3 casos

*Amanda Almeida*

---

# **Brasil registrou 99 denúncias contra direitos humanos a cada minuto em 2017**

*Números divulgados nesta quinta pelo Ministério dos Direitos Humanos mostram crescimento de 7,2 % em relação a 2016.*

**(G1, 03/05/2018 - acesse no site de origem)**

Brasil registrou uma denúncia contra os direitos humanos a cada minuto em 2017. O número faz parte do balanço anual sobre denúncias de violações de direitos humanos, divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos, nesta quinta-feira (3), em Brasília.

Ao todo, foram contabilizadas 142.665 denúncias de crimes contra crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, população em situação de rua e pessoas com restrição de liberdade, ou crimes motivados pelo fator racial. O número foi 7,2% maior do que o registrado em 2016.

Os dados reúnem as denúncias recebidas pela ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e incluem o Disque 100, o [aplicativo Proteja Brasil](#) e os canais da web, como o [Humaniza Redes](#).

Para o ministro de Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha, “os números deveriam estar caindo, mas há um lado positivo nessa estatística”. Segundo ele, “do lado positivo podemos chegar a conclusão de que aumentou porque houve maior divulgação”.

No entanto, o crescimento da criminalidade preocupa a pasta. Este seria o lado negativo, disse Rocha. “Do lado negativo, podemos entender que aumentou porque a criminalidade também tem aumentado. As denúncias são gravíssimas”, afirmou.

## **Principais violações**

De acordo com o balanço do ministério, as principais violações continuam sendo contra crianças e adolescentes. Em 2017, elas representaram 58% do total de denúncias. Foram 84.049 casos que incluem relatos de negligência e violência, física, psicológica e sexual. Em relação a 2016, houve um aumento de 10% .

Em segundo lugar, com 23,22%, estão as denúncias contra idosos. Foram 33.133 situações, um aumento de 1,54% em relação ao ano anterior. As principais violações envolvendo idosos foram negligência, violência psicológica e abuso financeiro e econômico.

Em terceiro, estão as denúncias contra violação de direitos de pessoas com deficiência. Elas cresceram 29,64% em comparação com 2016. Foram 11.682 casos em 2017, principalmente, relacionados à negligência, violência psicológica e violência física - nesta ordem. A maioria, 63,82%, aconteceu na casa das vítimas.

## **Assassinato de Marielle Franco e Anderson Moura**





Local onde Marielle Franco e Anderson Gomes foram assassinados recebe homenagem (Foto: Marcos Serra Lima/G1)

Para o ministro, os [assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Moura](#), no Rio de Janeiro, “serviram de incentivo para a gente melhorar o trabalho dos Direitos Humanos”. Rocha explica que o crime motivou que o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos fosse aperfeiçoado, principalmente com o aumento de recursos.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, em 2016, o orçamento era de R\$ 3,7 milhões. Em 2017 subiu para R\$ 4,5 milhões. Para 2018, estavam previstos R\$ 6,8 milhões, mas houve um incremento de mais R\$ 5 milhões, chegando a um total previsto de R\$ 11,8 milhões.

---

## [‘New York Times’ e ‘New Yorker’ levam Pulitzer por denúncias de assédio sexual em Hollywood](#)

*Veículos americanos publicaram primeiras reportagens sobre casos envolvendo o ex-produtor Harvey Weinstein que deflagraram o movimento ‘#MeToo’ (#EuTambém)*



[\(O Globo, 16/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O jornal “New York Times” e a revista “New Yorker” ganharam o Pulitzer, principal prêmio da imprensa dos EUA, na categoria “serviço ao público” pela publicação das primeiras reportagens com denúncias de assédio sexual contra o ex-todo-poderoso produtor de Hollywood Harvey Weinstein. A revelação dos casos de agressão sexual por [atrizes famosas](#) e trabalhadoras anônimas da indústria do cinema deflagraram o movimento #MeToo (#EuTambém), em que mulheres ao redor do mundo vieram a público relatar as violências que foram vítimas.

Os vencedores do Pulitzer de 2018 estão sendo anunciados na tarde desta segunda-feira em evento na Universidade de Columbia, em Nova York. Nas reportagens que valeram o prêmio, o “New York Times” e a “New Yorker” relataram como Weinstein usou sua influência em Hollywood para se aproximar e assediar mulheres durante décadas impunemente. Os advogados do ex-produtor afirmam que ele nega qualquer contato sexual não consensual com qualquer mulher nestes anos todos.

O prêmio foi dado à equipe liderada por Jodi Kantor no “Times” e ao colaborador da “New Yorker” Ronan Farrow pelas reportagens exclusivas que derrubaram o magnata de Hollywood e despertaram uma avalanche de acusações contra outros homens poderosos.

Os dois veículos receberam o Pulitzer “por um jornalismo explosivo, de impacto, que expôs os predadores sexuais poderosos e endinheirados, incluindo um dos produtores mais influentes de Hollywood”, destacou Dana Canedy, administradora do Pulitzer, durante cerimônia na escola de jornalismo da Universidade de Columbia.

Estes artigos revelaram “denúncias durante longo tempo suprimidas por coerção, brutalidade e silenciamento das vítimas, o que alentou uma reflexão mundial sobre o abuso sexual de mulheres”.

Weinstein, 66 anos e criador dos estúdios Miramax, é alvo de investigações criminais em Londres, Los Angeles e Nova York, mas até o momento não há uma denúncia formal contra o produtor, que também enfrenta múltiplos processos civis das vítimas.

Farrow, filho da atriz Mia Farrow e do cineasta Woody Allen, agradeceu a toda equipe da “New Yorker” “por defender esta história quando outros queriam enterrá-la”. O jornalista conseguiu publicar a denúncia na revista após tentativas mal sucedidas de divulgá-la no canal CBS.

## **JORNALISMO INVESTIGATIVO**

O jornal “The Washington Post” ganhou o Pulitzer de jornalismo investigativo por seu trabalho “implacável e decidido” que mudou a eleição para o Senado no estado do Alabama ao revelar que o senador Roy Moore, que tentava a reeleição e era apoiado pelo presidente Donald Trump, assediou sexualmente no passado várias adolescentes.

O adversário de Moore, Doug Jones, conquistou a cadeira para o Senado em dezembro e se tornou o primeiro senador democrata pelo Alabama em 25 anos, um duro golpe para o presidente americano.

“The New York Times” e “The Washington Post” compartilharam ainda o Pulitzer de reportagem internacional por seus artigos sobre a interferência da Rússia nas eleições

presidenciais de 2016 e suas conexões com a campanha eleitoral de Trump, a equipe de transição e de governo.

Em outras categorias, a agência de notícias Reuters ganhou dois Pulitzer. Os repórteres Claire Baldwin, Andrew R.C. Marshall e Manuel Mogato venceram pela “reportagem implacável que expôs a campanha brutal de assassinatos por trás da guerra do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, às drogas”, disse o comitê do Pulitzer.

O segundo prêmio à agência foi de fotografia pelas “imagens chocantes que expuseram ao mundo a violência que refugiados rohingyas enfrentaram na fuga de Mianmar”.

O Pulitzer também reconheceu como melhor “Reportagem Explicativa” as matérias do “Arizona Republic” e do “USA Today” sobre os impactos da construção do muro na fronteira dos Estados Unidos com o México.

### **FATO INÉDITO NA MÚSICA**

O álbum “DAMN.”, de Kendrick Lamar, venceu o Pulitzer de Música. O rapper é o primeiro músico fora do jazz ou música clássica a ganhar a honraria. “‘DAMN.’ é uma coleção virtuosa de músicas unificada pela autenticidade e dinamismo rítmico que oferecem uma visão da complexidade da vida moderna de afro-americanos”, justificou o site do prêmio.

O Pulitzer é o prêmio mais importante do jornalismo americano e é concedido desde 1917.

---

## **Mesmo com lei do feminicídio, medo de denunciar é entrave para prevenir mortes**

Maria era casada com Bil, tinha dois filhos e esperava o terceiro quando foi assassinada pelo marido. O motivo teria sido a recusa de Maria a viver com Bil após descobrir que ele mantinha um caso com sua irmã, Madalena. Inconformado por ser rechaçado pela mulher, Bil armou uma emboscada e matou Maria a facadas.

**(Agência Brasil, 07/03/2018 - acesse no site de origem)**

Essa história poderia ser o relato de um novo crime de feminicídio ocorrido em 2018, mas aconteceu na década de 1920 no município de Várzea Alegre, no Sul do Ceará. Maria de Bil, como ficou conhecida, ganhou fama de santa popular, uma capela que leva seu nome e provoca verdadeira romaria em sua devoção todo mês de março, quando ocorreu seu assassinato.

Foi também no mês de março, já no ano de 2015, que o homicídio de mulheres em situações de violência doméstica ou por discriminação pela sua condição feminina ganhou status de crime hediondo na legislação brasileira. Da morte de Maria de Bil até os dias atuais, o cenário praticamente se repete. No Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorram 5 feminicídios para cada grupo de 100 mil mulheres.

A não aceitação do fim do relacionamento também provocou a morte de Stefhani, 22, pelo ex-companheiro Alberto. O feminicídio aconteceu no dia 1º de janeiro deste ano, em Fortaleza, e chocou a população pela frieza com que foi praticado. Alberto aparece em imagens de câmeras de segurança circulando com Stefhani já morta na garupa de uma moto. O corpo, cheio de machucados e hematomas, foi abandonado próximo a uma lagoa, horas depois.

“Na quase totalidade dos casos de feminicídio, a vítima nunca havia registrado um boletim de ocorrência antes contra esse infrator. Isso quer dizer que não houve violência anterior a essa que provocou a morte? Que essa foi a única? Acreditamos que não. Por medo, por naturalizar a violência, a vítima ficou paralisada, ela não foi atrás de denunciar os abusos por medo das ameaças ou achando que o companheiro nunca seria capaz de ceifar sua vida”, descreve Erika Moura, titular da Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza.

As estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS) contabilizam 17 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por violência doméstica durante 2017. Em 2016, ano seguinte ao início da aplicação da Lei do Feminicídio, foram 40.

Um ato normativo da secretaria, publicado em 2017, define que os CVLIs em que haja a caracterização de feminicídio sejam investigados pela Delegacia de Defesa da Mulher. Foi o que ocorreu com o caso de Stefhani, que sofria abusos do companheiro e chegou a morar em outra cidade para ficar afastada dele. Segundo a delegada, indícios, oitivas de testemunhas e provas documentais caracterizaram o feminicídio e a autoria foi definida como sendo de Alberto, que tem mandado de prisão em aberto e está foragido.

Segundo a delegada, o fato de os abusos serem cometidos em sua maioria pelos companheiros das vítimas são um entrave para a denúncia e um risco que pode culminar em assassinato.

“Esse infrator não é uma pessoa comum, ele tem um relacionamento com a vítima. Isso faz com que ela proteja a denúncia. Muitas vezes, existe a dependência econômica, mas isso não preserva a família. Pelo contrário, faz com que todos adoçam, os filhos sofrem indiretamente.”

## **Justiça**

Por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os tribunais de Justiça do Brasil realizam três edições anuais do projeto Justiça pela Paz em Casa. Durante uma semana, é realizado um mutirão de julgamentos e audiências de casos de violência contra a mulher, incluindo feminicídios, que são de responsabilidade das varas do júri.

O promotor Ythalo Frota Loureiro, titular da 4ª Promotoria de Justiça do Júri de Fortaleza, avalia que os efeitos da tipificação do crime de feminicídio são notórios na Justiça, sobretudo pela definição de penas mais severas, que é de pelo menos 12 anos em regime fechado, e por não haver a necessidade de considerar os motivos que possam ter levado ao crime.

“No tribunal do júri, é plenamente possível abstrair os motivos, meios e modos pelos quais o crime é cometido e ainda assim defender que violência doméstica e discriminação contra a mulher no contexto de homicídio são inadmissíveis e que os que o praticam podem ser condenados por um crime qualificado.”

No Ceará, na última edição da semana Justiça pela Paz em Casa, realizada em novembro de 2017, foram julgados cinco casos de feminicídio. Em quatro, a Justiça condenou os réus. Na primeira edição da semana de 2018, que ocorre nesta semana, o Tribunal de Justiça do Ceará

agendou 150 audiências no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza.

Para a delegada Erika Moura, a definição de feminicídio na lei brasileira traz destaque aos casos de violência contra a mulher e contribui para que a população e os governantes percebam a gravidade dos casos.

“Ainda existe a omissão e nós ressaltamos que, para fazer a denúncia, não é preciso se identificar. Mas o que vejo na prática é que as mulheres estão mais empoderadas por conhecer a lei e não esperam sofrer lesão corporal ou uma tentativa de homicídio. Elas já agendam os inquéritos e buscam as medidas protetivas.”

*Edwirges Nogueira; Edição: Amanda Cieglinski*

---

## [Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças](#)

Um das ligações que mais marcaram a atendente Camilla\*, que trabalha desde 2016 no Disque-Denúncia (100), foi um caso de abuso sexual de um bebê de um ano de idade.

**[\(BBC Brasil, 21/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Ela recebeu a ligação de uma pessoa - que não pode ser identificada para preservar o anonimato garantido pelo serviço - dizendo que, ao trocar a fralda da criança, encontrou seu órgão genital machucado e com pus.

Segundo o relato, a menina estava sendo abusada pelo padrasto, e a mãe não fazia nada porque não queria que o marido fosse preso.

Camilla anotou todos os detalhes sobre a vítima - nome, onde morava, informações sobre a família - e o caso foi encaminhado à polícia do Estado para ser apurado.

Mas é impossível descobrir, de forma organizada e sistemática, o destino de denúncias graves como a relatada pela atendente.

A BBC Brasil buscou dados para uma reportagem sobre o percentual de denúncias de violência sexual contra crianças que resultavam em abertura de inquérito e possível punição de culpados. Procurou também informações centrais sobre crianças reportadas como vítimas em denúncias, como saber se estão em segurança. Encontrou não dados, mas um verdadeiro buraco negro de informações e descontrole estatístico por parte das autoridades.

A reportagem, que envolveu dezenas de telefonemas e envios de emails para autoridades federais e também em todos os 26 Estados e o Distrito Federal, revela que nenhum órgão

mapeia denúncias e monitora o que acontece com elas.

Não há controle consistente e padronizado em nível federal, estadual ou municipal que acompanhe quantas eram procedentes, quantas se tornaram inquéritos policiais, quantas chegaram à Justiça ou o que aconteceu com as crianças.

### **A importância dos números**

A falta de dados centralizados prejudica o combate - já que o primeiro passo para criação de políticas públicas que contra o crime é saber o tamanho do problema, como ele costuma acontecer, se há maior ocorrência em determinados Estados e que questões, em alguns casos culturais, precisam ser combatidas em busca de uma solução.

“É muito difícil pensar políticas públicas sem ter dados e estatísticas”, afirma o pesquisador Herbert Rodrigues, que foi associado ao Núcleo de Violência da USP e é autor do livro *Pedofilia e suas Narrativas*.

“Os dados sobre o assunto são um caos. Os órgãos não estão preparados para lidar com o problema”, afirma ele, que fez uma extensa pesquisa em diversos bancos de dados para sua tese de doutorado.

Ele defende que o poder público tenha um sistema exclusivo para monitoramento de abuso sexual infantil a exemplo do que ocorre em países como os Estados Unidos e o Reino Unido.

Em terreno britânico, os números divulgados por diversas entidades governamentais são reunidos pela NSPCC (sigla em inglês para Sociedade Nacional para a Prevenção de Crueldade contra Crianças).

Nos EUA, diversas entidades reúnem esse tipo de informação. O Departamento de Saúde federal tem um escritório específico de cuidado às crianças que publica relatórios periódicos. E o Crimes Against Children Research Center (“centro de pesquisa sobre crimes contra crianças”) também reúne dados nacionais - e o acompanhamento das denúncias é feito pelo FBI, a polícia federal americana.

### **Várias fontes, nenhum controle**

No Brasil, a primeira pergunta sem resposta diz respeito ao total de denúncias de violência sexual contra crianças que chegam a diferentes autoridades.

Elas podem chegar a delegacias de polícia (especializadas ou não), ir direto ao Ministério Público, a conselhos tutelares ou a Varas de Infância e da Juventude. Casos envolvendo crimes virtuais são investigados pela Polícia Federal. Não há números consolidados de número de denúncias feitas no país todo por nenhum desses caminhos.

As suspeitas também podem chegar pelo Disque-Denúncia e serem encaminhadas a algum desses outros canais. Só por este caminho chegaram cerca de 9 mil denúncias no primeiro semestre de 2017. Em 2016, foram 15.707. Os dados são do Ministério dos Direitos Humanos, que mantém o serviço do Disque 100.

A segunda lacuna é com os dados sobre o que aconteceu com as denúncias que chegaram por esse caminho.

As suspeitas são passadas individualmente para serem investigadas pelas polícias estaduais ou por outras autoridades. Todos os casos são repassados e, em tese, investigados. Mas como não há uma regra que obrigue quem recebeu as denúncias de dar retorno, os feedbacks que chegam são poucos.

O serviço só recebe retorno sobre o andamento da apuração em 16% dos encaminhamentos na média, segundo o Ministério dos Direitos Humanos.

### **Lacunas**

Em busca dessas informações sobre o destino das denúncias que chegam por outros caminhos, a BBC Brasil procurou as polícias estaduais e também o Ministério Público de todos os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal.

Na maioria dos Estados, nem a própria polícia ou secretaria de segurança agrupa essas informações. A ausência de dados centralizados gera a impossibilidade de cobrança e acompanhamento de uma esfera superior.

A BBC Brasil recebeu informações apenas da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e dos Ministérios Públicos de Santa Catarina, Distrito Federal, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As Secretarias de Segurança Pública de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Ministérios Públicos de Minas Gerais, Goiás e Ceará admitiram não ter os dados.

Os outros órgãos não responderam ou não deram explicações para não terem enviado as informações.

### **Retrato brutal**

Os únicos dados centrais que a BBC Brasil conseguiu identificar revelam a brutalidade deste tipo crime, ou seja, quando vítimas vão parar em um hospital com machucados, doenças ou outros problemas decorrentes do abuso.

Em 2016, o sistema de saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupro no Brasil. Em mais de 13 mil deles - 57% dos casos - as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Dessas, cerca de 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos.

As estatísticas são do Sinan, o sistema de informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes ocorrências médicas desde 2011. É uma espécie de ponta do iceberg do problema.

O sistema consolida dados tanto dos serviços de saúde pública quanto da rede privada.

“Crianças e adolescentes de até 14 anos são mais vulneráveis à ocorrência de estupro principalmente na esfera doméstica. Os autores da violência, na maioria das vezes, são familiares e pessoas conhecidas”, afirma a médica Fátima Marinho, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Mas mesmo os números do Sinam, que oferecem um visão central do problema, não retratam todos os casos de abuso sexual de crianças que acabaram no sistema de saúde. Isso porque nem todos os municípios do país reportam os casos, embora o procedimento seja obrigatório.



A definição de estupro utilizada pelo Ministério da Saúde é a mesma adotada no âmbito penal. São notificados como estupro, por exemplo, conjunção carnal, masturbação, toques íntimos, a introdução de dedos ou objetos na vagina, sexo oral e sexo anal.

Nos casos de estupros de menores, os profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento em hospitais devem comunicar as ocorrências aos conselhos tutelares locais.

A partir deste ponto, o sistema de saúde não faz mais o acompanhamento - portanto mesmo pelos números da área de saúde não há como saber quais desses casos chegaram à polícia ou à Justiça.

Para a delegada Kelly Cristina Saccheto, de São Paulo, “estatísticas são importantes, mas, para as investigações individuais, o que mais importa é ter dados suficientes no registro da ocorrência para que polícia abra o inquérito.”

Segundo ela, muitas das denúncias chegam sem informações suficientes - como nome completo do acusado ou endereço - para que a polícia identifique os suspeitos.

### **Vulnerabilidade**

Se muitas vítimas adultas já não denunciam seus casos à polícia por medo de represálias ou de serem desacreditadas, as crianças estão ainda mais vulneráveis - e a chance de o problema nunca chegar às autoridades é maior, segundo especialistas.

“Nos casos que chegam à Justiça é possível ver, em muitos processos, tentativas de desqualificar e deslegitimar as crianças para inocentar o agressor. É reflexo de uma sociedade que tem baixa confiança nas crianças, onde elas são desconsideradas, como se não tivessem agência no mundo”, afirma Herbert Rodrigues, pesquisador do Núcleo de Violência da USP.

O desembargador Eduardo Freitas Gouvea, da Coordenação de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, acredita que legislação existente é bem extensa e adequada para proteger as crianças - o que falta é sua aplicação.

“É necessário um trabalho de prevenção” afirma. “Hoje em dia o Judiciário é visto como caminho de resolução de tudo, mas é preciso que o Executivo aplique a lei e haja uma rede de proteção às crianças para evitar que os crimes aconteçam.”

O fato da maior parte dos abusos - físicos e sexuais - virem das próprias famílias torna o problema mais complexo e difícil de ser resolvido, já que a criança fica completamente desamparada e sem o apoio justamente de quem deveria protegê-la.

“E é um tabu, ninguém quer falar sobre isso ou lidar com o problema real”, diz Rodrigues.

Camilla, a atendente do Disque-Denúncia, diz que evita pensar no que aconteceu com as vítimas.

“Tento pensar que o importante é que a denúncia tenha sido feita. Já é o primeiro passo para resolver (o caso).”

*\*O nome foi trocado para proteger a identidade da entrevistada.*

*Letícia Mori*

---

# Vá em frente, #MeToo!, por Soledad Gallego-Díaz

*O importante é que os crimes de estupro e abuso ficam impunes em boa parte do mundo*

**(El País, 19/02/2018 - acesse no site de origem)**

Seria uma excelente notícia se o movimento de reivindicação feminista [#MeToo](#) continuasse de pé até a mudança de comportamentos muito difundidos entre a população masculina, que são um abuso contra o princípio democrático da [igualdade](#). E seria muito bom que os homens entendessem isso sem se escandalizarem tanto. O *MeToo* é um grande avanço democrático, não uma ameaça aos direitos civis. Por que tanta indignação? Alguns excessos podem acontecer? Certamente. Isso é bom? Não. Vamos tentar, juntos, evitá-los. Isso tira o valor do movimento de denúncia de comportamentos abusivos, mantidos em silêncio ou considerados inevitáveis? Absolutamente. Se o movimento *MeToo* conseguir acabar com esses comportamentos, teremos avançado na luta pelos [direitos humanos](#) e a igualdade.

O sensacionalismo consiste em distorcer a realidade, colocando a ênfase não no que é importante, mas em aspectos secundários que podem despertar mais emoções. O importante é que os crimes de [estupro](#) e [abuso sexual](#), que a maioria dos homens e mulheres considera repugnantes, ficam, no entanto, impunes em grande parte do mundo, seja porque não são denunciados ou porque o sistema jurídico não lhes dá a devida atenção. O importante é que os sistemas jurídicos, mesmo em países avançados democraticamente, não prestam atenção suficiente ao [assédio sexual](#). Um homem que se masturba na frente de uma funcionária ou aluna, caso seja denunciado e provado, é punido na Espanha com uma multa de 400 euros (cerca de 1.606 reais) se o comportamento for “reiterado”. Um estudo das [Nações Unidas](#) feito com mulheres parlamentares de 39 países indica que 82% delas se sentiram assediadas sexualmente ao longo de suas carreiras. Uma em cada quatro mulheres que usam o transporte público em Washington sofre algum tipo de assédio sexual.

Portanto, o fato de que esses casos sejam denunciados e originem uma investigação policial obrigatória seria uma excelente prática democrática que deveria ser universalizada. Nenhum homem foi para a prisão exclusivamente por causa da acusação de uma mulher. São os juízes ou os jurados que mandam os criminosos para a prisão. O medo de que a denúncia de abusos sexuais acabe com a carreira de dezenas, centenas, milhares de homens talentosos e talvez apenas um pouco brutos, vítimas de mulheres ressentidas, é absurdo. Para começar, não há confusão alguma entre abusos e homens pouco sensíveis. Existe também em todo o mundo o crime de falsa denúncia, que na [Espanha](#) é punido com até dois anos de prisão. Finalmente, não é coincidência que a grande maioria dos homens denunciados pelo *MeToo* tenha reconhecido que teve esses comportamentos abusivos. Uma coisa é que estejam prescritos legalmente e outra que se pretenda que não provoquem rejeição social. Com que argumentos?

A exigência de favores sexuais em troca de manter o emprego, ajudar ou não paralisar a carreira profissional, recorrente no mundo do entretenimento, mas também no das empregadas domésticas, como lembrou a escritora [Beatriz Sarlo](#), no escritório ou na

universidade, não é, de modo algum, uma forma de [prostituição](#), mas uma coação, que é uma grave violação do princípio democrático da igualdade. Não há violência, alega-se, e as mulheres podem dizer “não”. Acontece que, nesse caso, sacrificam suas carreiras, suas expectativas, sua vocação. Se não fizerem esse sacrifício são simplesmente um pouco putas? Isso é certamente o que muitos homens e até algumas mulheres pensam há séculos. Ousar dizer em uma democracia o que a maioria das pessoas pensa, mas cala, não é um ato de coragem (depende do que essa maioria pensa, não?) nem de exigência diante dos lugares-comuns, mas, precisamente, dar-lhe suporte.

---

## [Da negligência à realidade: Um passo a passo para denunciar a violência contra pessoas LGBTQs no Brasil](#)

*Disque 100 registrou 1.876 atos de violência em 2016. Levantamentos de entidades mostram que Brasil é País mais violento para LGBTQs.*

**[\(HuffPost Brasil, 07/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O País que mais mata pessoas [LGBT](#) no mundo. É essa a amplitude da violência contra pessoas [gays, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil](#), de acordo com levantamentos de entidades. Os números oficiais não refletem a totalidade do problema, tampouco o espaço para denúncias é seguro. Então, quais são os caminhos para fazer uma denúncia e como saber a real amplitude da LGBTQfobia no Brasil?

O canal oficial do governo federal para denúncias desse tipo, o [Disque 100](#) registrou 1.876 violações em 2016. Os dados completos de 2017 serão divulgados em maio. A maioria dos registros do canal trata de violência verbal e física. Casos de homicídios costumam ser registrados diretamente nas delegacias.

Das identidades informadas no levantamento mais recente, 45% das vítimas são gays, 20% lésbicas, 14% transexuais, 13% travestis, 7% bissexuais e 1% heterossexuais. 40% não informou a identidade.

Além do Disque 100, outros canais do governo federal que recebem denúncias contra a população LGBTQ são a Central de Atendimento à Mulher ([Disque 180](#)), o Disque Saúde (ou Disque 136) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

---

Denúncias LGBTQ do Disque 100  
Infogram

Os levantamentos do Grupo Gay da Bahia, por sua vez, que se tornaram referência na área, começaram na década de 1980. [De acordo com o os dados mais recentes do GGB](#), em 2017,

445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) foram mortos em crimes motivados por homofobia. O número representa uma vítima a cada 19 horas no Brasil.

“A imprensa no Brasil teve um papel fundamental na divulgação dessas mortes até se consolidar um canal de recebimento das denúncias”, afirmou ao HuffPost Brasil o antropólogo Marcos Moura, que atua na Diretoria de Promoção dos direitos LGBTs do Ministério de Direitos Humanos (MDH). “O número de subnotificação é muito alto. O dado da imprensa serve para a gente botar uma medida na balança”, completa.

Desde 2015, organizações como a Rede TransBrasil (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil) e a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) também têm divulgado pesquisas. Segundo o relatório mais recente da Antra, [o número de assassinatos de travestis e transexuais registrados no Brasil, em 2017, é o maior nos últimos dez anos.](#)

### **Como funciona o Disque 100**

Serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos, vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Disque Direitos Humanos, ou Disque 100, recebe denúncias de agressões LGBT e encaminha para os órgãos responsáveis. O atendimento é gratuito e funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O Disque 100 também é responsável por atender a outras demandas, como violações a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

De acordo com a Diretoria LGBT do MDH, não são feitas campanhas sistemáticas voltadas apenas para a divulgação do canal de denúncias. Em geral, a informação está incluída em outras campanhas da pasta. O órgão reconhece também a insuficiência de recursos e a fragilidade institucional.

No início do governo de [Michel Temer](#), em maio de 2017, Direitos Humanos [perdeu o status de ministério](#) e passou a ser uma secretaria do Ministério da Justiça. A área [voltou a ser ministério](#) em fevereiro de 2017, mas corre o risco de voltar para o guarda-chuva da Justiça.

### **“No momento estamos ocupados. Por favor, aguarde”**

Quem liga para o Disque 100 não precisa ser a vítima. No atendimento, deve ser informado quem sofreu a violência, qual o tipo (física, psicológica, maus tratos, abandono etc), quem é o suspeito e como localizá-lo. Também é preciso relatar a frequência da violência, o horário e local e como foi praticada, além da situação atual da vítima e se algum órgão foi acionado. O anonimato é garantido.

Ao final do atendimento, o caso é encaminhado para um órgão estadual da área. Não há padrão porque a estrutura depende da unidade da Federação. Há vezes em que a denúncia vai para um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, por exemplo. Hoje, 12 estados têm órgãos de referência. Em seguida, o caso é encaminhado para o município de origem.

Mas nem sempre o atendimento é eficaz.

[table id=9 /]

Diante das falhas do Disque 100, a vítima pode procurar delegacias especializadas e centros de

referência. Se o estado não tiver tais opções, a denúncia pode ser feita pelo 190 (número da Polícia Militar). [Confira os órgãos responsáveis em cada unidade da Federação.](#)

No caminho das denúncias de violência LGBT, o primeiro entrave é da própria vítima, que muitas vezes se sente intimidada de relatar a agressão por medo de retaliações. Isso faz com que muitas denúncias sejam vagas, como “uma travesti foi agredida no parque”, sem identificação precisa do local ou da vítima.

É importante lembrar que no Disque 100 o anonimato é preservado e que quanto mais informações foram dadas, maior a chance de os órgãos públicos tomarem providências.

Na gestão estadual, muitos responsáveis são despreparados e não têm ligação com a causa. Os cargos, em geral, são indicações políticas. [De certa forma, com a falta de dados, pode-se dizer que LGBTfobia se esconde no Brasil.](#)

No âmbito da investigação criminal, a falta de sensibilização e treinamento dentro das policiais e o preconceito nas corporações é o principal problema. “Tem vezes que não reconhecem nem a identidade das pessoas. Falam ‘ah, é um homem vestido de mulher’”, afirmou Marina Reidel, diretora de promoção dos direitos LGBT do MDH.

*A gente vai ter dificuldades enormes por ser LGBT (...) mesmo se a travesti é bem posicionada socialmente ou financeiramente, já vai ter um quê atrás ‘ah, é cafetina ou lidava com o tráfico’. Ele já arrumam vários elementos para desqualificar as vítimas. Marina Reidel, diretora de promoção dos direitos LGBT no MDH.*

A esse cenário, se soma a a fragmentação das informações. A maior parte das delegacias não registra orientação sexual, identidade de gênero, nome social ou mesmo a motivação do crime contra pessoas LGBT, o que [inviabiliza um diagnóstico preciso do problema](#). A ficha do IML, por exemplo, não tem campo para esses dados.

### **Mudanças nos Disque 100**

Após ouvir gestores locais, a Diretoria LGBT irá reorganizar o fluxo do Disque 100. As mudanças serão desenhadas com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e não há previsão de quando as mudanças serão adotadas.

As principais falhas relatadas nos estados são de informações incompletas nos relatos e dificuldades de encaminhamentos nos municípios, em geral sem estrutura de enfrentamento a esse tipo de violência.

Também em uma tentativa de melhorar o atendimento, será lançado em maio um pacto nacional contra violência LGBT, incluindo áreas como saúde, educação, segurança e serviço social.

A falta de uma legislação específica que [criminalize a LGBTfobia](#) é um dos principais entraves para combater esse tipo de violência e para ter um diagnóstico preciso. Hoje os homicídios são classificados como um crime comum e as agressões verbais costumam ser tipificadas como injúria.

No Legislativo, a aposta do governo federal é na aprovação do Projeto de Lei 7582/2014, que define os crimes de ódio e intolerância. O texto aguarda votação na Comissão de Direitos

Humanos da Câmara. Precisa ainda passar pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de seguir para o plenário.

*A lei serve para repensar a atitude. Um crime que você comete com 27 facadas numa pessoa não é um crime comum (...) Não é um crime comum você matar uma travesti, cortar os órgãos genitais dela, decepar, picotar, como a gente vê as cenas mais horrorosas.* Marina Reidel

Para melhorar a qualidade dos dados oficiais de violência, a Diretoria LGBT aposta em futuros dados do Sinesp. O sistema do Ministério da Justiça é uma base de dados digital com informações diretas das delegacias. O relatório digital obriga o funcionário a preencher informações como identidade de gênero e nome social.

Há, contudo, dificuldades de implementação do Sinesp nos estados e a Diretoria acredita que pode levar até quatro anos para que possa ser feito um diagnóstico nacional a partir desses dados.

Outra opção seria a elaboração de pesquisas na área, o que dependeria de recursos. “O ideal seria que nós tivéssemos pesquisas que mensurassem a subnotificação, os casos que não são registrados”, afirma o antropólogo Marcos Moura. “Seria um caminho para construir um base um pouco mais sólida, já que tem tanta defasagem de informação”, completa.

O Estado brasileiro nunca fez uma pesquisa voltada especificamente para crimes LGBT. Publicada em 2013, a [Pesquisa Nacional de Vitimização](#) revelou que 10,7% dos entrevistados afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação listados nos 12 meses que antecederam a pesquisa com 78 mil entrevistados em 346 municípios.

O estudo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça foi feito em conjunto com o Instituto de Pesquisas Datafolha e com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp).

### **O País que mais mata LGBTs**

O número oficial é do Disque 100, mas a própria Diretoria LGBT reconhece que a violência real é muito maior.

De acordo com pesquisa contínua feita pela ONG Transgender Europe, o Brasil tem o maior número absoluto de assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso. [Levantamento mais recente](#), de outubro de 2015 a setembro de 2016, mostra 123 homicídios desse tipo no País, bem acima do México, que fica em segundo lugar, com 52 mortes.

Os assassinatos são contabilizados por meio de consultas em sites e blogs de notícias e a partir de informações coletadas por ativistas e entidades de defesa dos direitos de LGBTs em mais de cem países.

Já o relatório [Violência Contra Pessoas LGBTI](#) de 2015 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), revela que a média da expectativa de vida de mulheres trans varia de 30 a 35 anos de idade.

De acordo com o estudo, 80% das pessoas trans assassinadas durante um período de 15 meses tinha 35 anos de idade ou menos. O levantamento foi feito a partir de informações disponibilizadas por organizações latinoamericanas.



O [Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017](#), divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), por sua vez, mostrou que no ano passado 179 travestis ou transexuais foram assassinados.

A estimativa é de que a cada 48h uma pessoa trans é assassinada no Brasil e a idade média das vítimas é de 27,7 anos. Segundo o levantamento, 80% das vítimas eram negras ou pardas e 67,9% tinham entre 16 e 29 anos. 70% eram profissionais do sexo.

O estudo revela ainda que 94% dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino, o que reforça a necessidade do enquadramento do assassinato de travestis e mulheres transexuais na [Lei do Femicídio](#), de acordo com a Antra.